



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

O INTERNO, O EXTERNO E A NORMA:
UM DIÁLOGO ENTRE FREUD E FOUCAULT

CARMEN GOMES DE SÁ

BRASÍLIA
JUNHO/2006

CARMEN GOMES DE SÁ

O INTERNO, O EXTERNO E A NORMA: UM DIÁLOGO
ENTRE FREUD E FOUCAULT

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Psicologia do
UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília. Prof. Orientador Marcos Abel.

Brasília, junho de 2006

SUMÁRIO

Introdução	4
Capítulo 1	6
Capítulo 2	23
Conclusão	36
Referências Bibliográficas	39

Resumo

O trabalho efetua um diálogo entre Sigmund Freud e Michel Foucault no que diz respeito ao papel da norma social na relação entre o mundo interno e o externo do indivíduo. Para tanto, a noção de subjetividade é obtida através de recortes bibliográficos e é apontada a percepção da ligação entre esta e a norma social, para cada autor. A partir de Freud, inicialmente, é apresentada a percepção do autor acerca da interação do exterior com o interior e uma breve exposição dos princípios direcionadores do psiquismo. Posteriormente, é feito um esboço do aparelho psíquico, com realce no superego e sua função normatizadora. Neste ponto, é feita uma ligação entre castração, sendo esta demonstrada como condição de moralidade para o indivíduo, e a função judiciária do superego no psiquismo. Por fim, é realizada uma reflexão acerca da importância do superego e das normas sociais para a constituição da civilização. Quanto a Foucault, o recorte inicia-se com a apresentação da noção de ordem e subjetividade constituída segundo esta. Em seguida, uma discussão acerca das ciências humanas é disposta com o intuito de conectar a questão da realidade externa e interna do homem à ordem do saber. Após, é apresentada a noção de poder disciplinar e sua função constituinte da subjetividade. O capítulo é finalizado por uma reflexão entre poder disciplinar e moralidade. Na conclusão do trabalho, é realizado o colóquio entre os autores, efetuando uma busca de semelhanças entre os pensamentos apresentados.

Introdução

O presente trabalho tem como escopo a realização de um diálogo entre Sigmund Freud e Michel Foucault no que tange à função da norma social na interação da subjetividade com o meio externo do indivíduo. Neste sentido, procura-se construir uma ponte entre o pensamento dos dois autores no que se refere à interface do mundo interno e externo e a função das normas enquanto propiciadoras do convívio social.

A noção de subjetividade mostra-se como ponto de partida para as Ciências Humanas. Para ser formulado um saber sobre o homem, é necessária a concepção da possibilidade do homem de ser portador de uma vivência individual e de poder refletir sobre ela. Neste sentido, pode-se compreender a subjetividade como uma relação do indivíduo consigo e com o mundo, ou, como esclarecem Figueiredo e Santi (1991/2002), como uma “experiência da subjetividade privatizada” (p. 18), “experiência de sermos sujeitos capazes de decisões, sentimentos e emoções privados” (p. 19).

Ocorre que a experiência humana não ocorre de forma isolada. Um indivíduo nasce e se constitui dentro de uma comunidade. E é no convívio com outros indivíduos e com as normas de organização da sociedade, que a experiência subjetiva se estrutura. Assim, as normas sociais atuam tanto no cenário de vida quanto no interior da mente, tanto na expressão quanto na percepção, servindo como verdadeiros moduladores da condição humana.

Freud, ao esboçar sua visão de homem, aponta para a interação entre o mundo interno e o externo e para a existência de uma instância psíquica que exerce o poder da norma sobre o restante do aparelho psíquico (o superego). Para o autor, é justamente a entrada da lei, a internalização da norma no psiquismo, que possibilitará ao indivíduo constituir sua subjetividade em acordo com os preceitos da civilização.

Com o intuito de desvendar como e quanto o social afeta o individual, Michel Foucault avança na construção do conceito de poder disciplinar, entendido como uma rede interligada de mecanismos disciplinares que não somente domestica os indivíduos, mas que oferece os parâmetros para constituição da subjetividade. Através da normatização, tática do poder disciplinar por excelência, são oferecidas aos indivíduos as leis que delimitam as possibilidades de ser, os parâmetros da subjetividade que poderá ser construída. Foucault descarta a noção de que o indivíduo seja modificado pela disciplina para vê-lo como efeito desta. Ou seja, a

subjetividade não seria como um bloco de massa de modelar sobre o qual o poder disciplinar trabalharia. O poder disciplinar fornece os ingredientes da massa.

Um diálogo entre os dois autores mostra-se de grande relevância para a psicologia por serem esses temas – norma social, mundo interno e realidade externa - o cerne da subjetividade. Trabalhar a norma em relação à interface interno/externo mostra-se como instrumento de discussão da própria condição humana.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, investigar as posições de Freud e Foucault em relação ao papel das normas sociais na interação do psiquismo com a realidade externa. Como objetivos específicos têm-se as investigações das noções de Freud e Foucault sobre o tema para viabilizar a realização de um colóquio entre os autores, buscando semelhanças entre os pensamentos. Para atingir tal intento, é utilizada como metodologia o estudo comparativo entre recortes da obra de Freud e recortes da obra de Foucault.

Deve-se ressaltar, de antemão, que não se trata de proceder a um exame da psicanálise pelos olhos de Foucault ou de rebater os argumentos de Foucault com as análises freudianas. A intenção da presente pesquisa consiste em encontrar semelhanças sobre o tema, respeitando a visão de homem que cada um dos autores possui.

O primeiro capítulo da pesquisa inicia-se por uma breve menção à dicotomia mundo interno X realidade externa presente no saber científico. Em seguida, é traçado um panorama psicanalítico do psiquismo para explicitar a importante função judiciária do superego o psiquismo e sua conexão com as normas sociais. Ao final, uma conexão entre civilização e superego é realizada.

O segundo capítulo inicia-se com o pensamento de Foucault acerca da subjetividade submetida a normas para desembocar na posição do autor acerca da ordem subjacente aos saberes e, em especial às ciências humanas. Neste momento, o início do primeiro capítulo é reeditado numa breve reflexão acerca da normalização da ciência. A seguir, a noção de poder disciplinar é demonstrada. O capítulo termina com uma conexão, paralela ao primeiro capítulo, entre poder disciplinar e moralidade.

Na conclusão, após expostos os argumentos de Freud e Foucault sobre o tema, o diálogo é realizado, com o intuito de inaugurar novas especulações e indagações sobre o papel da norma na interface do psiquismo com a realidade externa.

Capítulo 1 - Freud e a interface da realidade externa com o mundo interno

1.1. A dicotomia mundo interno X realidade externa

A inserção do indivíduo no meio social é uma questão que toca em pontos da maior importância quando se pretende compreender o ser humano. É de se supor que o indivíduo, ao nascer, já se inaugure na interação entre o mundo externo e sua existência psicológica. A subjetividade vai se constituir ao longo da vida justamente na justaposição do mundo interno e da realidade externa. O psiquismo desenvolve-se em duas faces, uma voltada para si e outra voltada para o exterior. Pelo menos, é assim que o pensamento contemporâneo nos faz crer, este é um pressuposto do saber sobre o homem.

O próprio surgimento do saber científico marca a presença desta dicotomia interno/externo como início de discussão sobre o ser humano. De um lado, o empirismo de Bacon, do outro, o racionalismo de Descartes. Bacon investiu numa apreensão da realidade que prezava pela objetividade. Descartes defendeu a dúvida metódica como forma de instrumentalizar a mente para o conhecimento.

Nos primórdios da ciência, como explicam Figueiredo e Santi (1991/2002), empiristas e racionalistas tentaram estipular as bases de um saber que se tornava confiável e com *status* de verdade. E tanto Descartes quanto Bacon procuraram os fundamentos dessa verdade na experiência subjetiva, na apreensão do externo pelo interno.

O cientista seria capaz de atingir a realidade, mas, para Bacon, este deveria purificar sua percepção para ser objetivo. Esse olhar diferenciado possibilitaria a ele enxergar, explicar e alterar a realidade. Descartes, por sua vez, visou fundar uma base segura para o conhecimento através do questionamento racional como método de investigação das idéias e das experiências. O ponto de partida do conhecimento seria, para o filósofo, o próprio sujeito, o qual é real porque duvida (*penso, logo existo*). A verdade básica seria, portanto, a única certeza: se existe uma dúvida, existe o indivíduo que duvida. “A evidência primeira é a de um ‘eu’ e ele será a partir de agora o *fundamento* de todo o conhecimento” (Figueiredo e Santi, 1991/2002, p. 30, grifos nossos).

Percebe-se que para os dois idealizadores do conhecimento moderno, o saber seria obtido a partir da experiência subjetiva do cientista, guiada por um método racional ou empírico.

No que diz respeito ao saber *sobre o homem*, entretanto, surge um questionamento: como aplicar essa objetividade ao estudo do mundo interior do indivíduo? Como haver um sujeito racional e um objeto que é o próprio homem?

Quando o mundo interno é o objeto de estudo, a questão interno/externo se potencializa. Porque é do interno que vem o cientista e o externo (realidade), também deriva da percepção do sujeito. No saber psicológico, a subjetividade encontra-se debruçada sobre si mesma. E é dessa reflexão que surge a importância do meio externo na constituição da subjetividade e na apreensão que o mundo interno realiza do externo.

Se, como mostraram Bacon e Descartes, para olhar para fora o sujeito precisa de sua experiência subjetiva, para olhar para dentro, para a subjetividade, não pode deixar de lado a influência que este meio externo provoca no seu olhar.

Figueiredo e Santi (1991/2002) apontam que, durante o século XIX, no nascimento do saber psicológico, já estava presente o questionamento da influência do meio social para a configuração da subjetividade: “Quando os homens passam pelas experiências de uma subjetividade privatizada e ao mesmo tempo percebem que não são tão livres e tão singulares quanto imaginavam, ficam perplexos. Põem-se a pensar acerca das causas e dos significados de tudo o que fazem, *sentem e pensam sobre eles mesmos*. Os tempos estão ficando maduros para uma psicologia científica” (p. 48, grifos nossos).

Quando os homens pensam sobre eles mesmos, acabam por se depararem com a influência que *eles* provocam *neles mesmos*, com a influência das normas sociais na constituição da subjetividade. No horizonte do saber moderno está presente a questão da construção do sujeito a partir do meio, da influência do coletivo no individual, da subjetividade que se compõe com materiais e diretrizes oferecidos pela sociedade, enfim, do mundo interno que se edifica no externo com a ação do ser humano.

1.2. A interface interno/externo para Freud

Sigmund Freud, em suas reflexões acerca da constituição e do funcionamento da mente humana, apresentou sua versão para este tema tão complexo. Em sua obra, Freud investigou a influência da sociedade na configuração da *psique* humana e no exercício da subjetividade. E o

fez a partir da disposição do psiquismo no ponto de intersecção entre o biológico e o sócio-cultural.

Nas páginas a seguir, se buscará compreender a visão de Freud acerca da inserção do indivíduo no meio social. Não será investigado, no presente trabalho, a gênese do sujeito ou seu desenvolvimento. Procurar-se-á, de outro modo, privilegiar as especulações de Freud no que tange ao relacionamento da subjetividade com o meio social. Neste primeiro capítulo, será traçado o panorama psicanalítico da justaposição, que revela o humano, entre o mundo interno e o externo, entre a individualidade e o social.

Na clínica de seus pacientes, Freud percebe que alguns aspectos das experiências subjetivas estão além da consciência e propõe o id como componente (e fundador) do psiquismo.

A patologia nos familiarizou com grande número de estados em que as linhas fronteiriças entre o ego e o mundo externo se tornam incertas, ou nos quais, na realidade, elas se acham incorretamente traçadas. Há casos em que partes do próprio corpo de uma pessoa, inclusive partes de sua própria vida mental — suas percepções, pensamentos e sentimentos —, lhe parecem estranhas e como não pertencentes a seu ego; há outros casos em que a pessoa atribui ao mundo externo coisas que claramente se originam em seu próprio ego e que por este deveriam ser reconhecidas (Freud, 1930/1997, p. 12).

Freud inaugura, inicialmente, um terceiro elemento na relação do eu com o meio, o id. Mais adiante em nossa pesquisa, será apresentado um quarto, o superego. Por enquanto, há de se compreender o id e o ego.

O aparelho psíquico, no nascimento do indivíduo, é totalmente id. Nele estão depositados os instintos orgânicos e as necessidades inatas. Inicialmente, o psiquismo desconhece o mundo externo e não se comunica com este.

O id, excluído do mundo externo, possui seu próprio mundo de percepção. Ele detecta com extraordinária agudez certas modificações em seu interior, especialmente oscilações na tensão de suas necessidades instintivas, e essas modificações tornam-se conscientes como sensações na série prazer-desprazer. (Freud, 1940/2001, p. 79).

A fome, por exemplo, enquanto estímulo interno produtor de tensão, é sentida como desprazer pelo psiquismo. Para sanar o desprazer ou realizar o prazer, uma parte do id é modificada para ser capaz de obter objetos no mundo externo que possam mudar suas percepções. Neste sentido, uma parte do id é especializada para facilitar a interação do indivíduo

com o meio externo. Esta porção organizada do id é denominada de ego e suas principais funções são preservar a vida e controlar a mobilidade do indivíduo. Neste sentido, o ego se constitui como um intermediário entre o id e o mundo externo.

Em relação ao mundo externo, o ego trabalha para assimilar os estímulos do meio, armazenando percepções, fugindo de experiências por demais intensas, adaptando-se aos estímulos ou aprendendo a atuar e modificar o mundo externo a seu favor. Em relação ao mundo interno, o ego tem como função controlar as demandas dos instintos, elegendo quais poderão ser satisfeitas e quando. Nessa escolha, será levado em conta se a satisfação do instinto é adequada, podendo esta ser adiada ou mesmo negada. (Freud, 1923/1997 e 1940/2001).

Tanto a fuga do desprazer quanto a busca do prazer encontram-se atuantes no indivíduo desde o nascimento e, segundo Freud (1930/1997) denotam o princípio regulador do aparelho psíquico: o Princípio do Prazer. O funcionamento deste princípio oferece uma interessante faceta da interação do mundo interno com o exterior, a qual será exposta a seguir.

Ao nascer, o indivíduo não é capaz de perceber a origem das sensações que possui, ou seja, não consegue diferenciar se as sensações provêm do mundo externo ou de seu próprio organismo. A diferenciação ocorre por influência de uma tentativa de satisfação do princípio do prazer, a qual levará à constituição de um ego. Inicialmente, este ego primitivo se mobiliza no intuito de afastar as sensações desagradáveis de seu interior e de manter as prazerosas (Freud, 1930/1997). Para tanto, organiza-se no contato com o ambiente para retirar dele o suprimento de suas necessidades. (Freud, 1940/2001).

Isto ocorre da seguinte forma: o psiquismo assume como tendência jogar para fora de si a origem do sofrimento. “Surge, então, uma tendência a isolar do ego tudo que pode tornar-se fonte de tal desprazer, a lançá-lo para fora e a criar um puro ego em busca de prazer, que sofre o confronto de um ‘exterior’ estranho e ameaçador” (Freud, 1930/1997, p. 13). Esta atitude de externar o desprazer e construir um ego livre de sofrimento denota a supremacia do id no psiquismo e a diferenciação do ego a partir dele. Como foi explanado anteriormente, na origem aparelho psíquico, tudo é id e ele obedece fielmente ao princípio de prazer (Freud, 1940/2001).

Mas esta tentativa de isolamento do ego está fadada ao fracasso. Por mais que o psiquismo tente ser auto-suficiente, as alucinações não suprem as necessidades pulsionais (alucinar um seio não sacia a fome). No imperativo do prazer, o id diferencia uma parte de si em

ego e a incumbe de fazer contato com o mundo exterior, realizar ações nele e obter a satisfação dos instintos. Neste sentido,

Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real (Freud 1911, Edição Eletrônica).

1.3. Do Princípio do Prazer ao Princípio da Realidade, o caminho da diferenciação flúida entre realidade interna e externa

O psiquismo vê-se obrigado a interagir com o mundo externo. Mas, o exterior é *ameaçador e estranho*¹, o que exige atitudes específicas para serem, ao mesmo tempo, prazerosas e seguras. Além disso, como ressalta Freud (1920/2003), instintos ou partes deles podem ser conflitantes entre si. Assim, o ego especializa-se como uma instância intermediária entre mundo externo e o interno, por meio do controle da motilidade do corpo - ação no exterior - e da seleção e repressão das pulsões do id (Freud, 1923/1997).

Para atingir tais funções, o princípio do prazer é substituído pelo princípio da realidade, pois, na interação com o mundo externo, “as fronteiras desse primitivo ego em busca de prazer não podem fugir a uma retificação através da experiência” (Freud, 1930/1997, p. 13). É a experiência, ícone da interação do mundo interno com o externo, que fornecerá ao ego subsídios para efetivar, adiar ou suprimir as demandas do id e oferecerá parâmetros (regras) para atuação no ambiente externo. Para explicar a conciliação que o princípio da realidade realiza entre prazer e segurança, Freud (1911, Edição Eletrônica) utiliza uma metafórica divisão do ego em ego-prazer e ego-realidade:

(...) Tal como o ego-prazer nada pode fazer a não ser querer, trabalhar para produzir prazer e evitar o desprazer, assim o ego-realidade nada necessita fazer a não ser lutar pelo que é útil e resguardar-se contra danos. Na realidade, a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não implica a deposição daquele, mas apenas sua

¹ Conforme demonstrado dois parágrafos antes.

proteção. Um prazer momentâneo, incerto quanto a seus resultados, é abandonado, mas apenas a fim de ganhar mais tarde, ao longo do novo caminho, um prazer seguro.

Ainda no que tange à realidade, cabe ao ego duas importantes funções correlatas de julgamento (Freud, 1925). A primeira delas refere-se a uma decisão geográfica frente o objeto que satisfará a pulsão. Como visto anteriormente, o ego tende a dispor como externo a si o que lhe é desagradável, na busca de formar um ego puro de desprazer. Isso se dá de duas formas: quando o desprazer encontra-se dentro do organismo, a tendência é expeli-lo. Quando o objeto do qual derivará o prazer está fora, a tendência é absorvê-lo (ou seja, integrá-lo ao ego)². Assim, a localização do objeto que satisfará a pulsão mostra-se de grande importância para decisão de qual ação o ego levará o organismo a proceder (Freud, 1915 e 1925).

A segunda função de julgamento é o *teste de realidade*, mediante o qual o ego dá um passo além: busca checar se algo que existe dentro dele como representação encontra seu correlato na realidade externa. Uma antiga percepção de objeto (já instalada no interno do psiquismo) deve ser reafirmada na realidade enquanto objeto disponível.

A experiência demonstrou ao indivíduo que não só é importante uma coisa (um objeto de satisfação para ele) possuir o atributo 'bom', assim merecendo ser integrada ao seu ego, mas também que ela esteja no mundo externo, de modo a que ele possa se apossar dela sempre que dela necessitar (...) Portanto, o objetivo primeiro e imediato do teste de realidade é não encontrar na percepção real um objeto que corresponda ao representado, mas reencontrar tal objeto, convencer-se de que ele está lá. (Freud, 1925, Edição Eletrônica)

Nas funções do julgamento, indispensáveis para a compreensão que o ego realiza do que é externo ou interno, percebe-se a interação evidente, mas não óbvia, entre o que está dentro e fora do psiquismo³. Inicialmente, não há distinção entre o subjetivo e o objetivo. Mediante o julgamento do ego, inicialmente num movimento de disposição dos estímulos como internos ou externos e, posteriormente, na checagem do teste de realidade, percebe-se a fluidez com que se

² Freud esclarece este aspecto do psiquismo: “*Expresso na linguagem dos mais antigos impulsos instintuais — os orais —, o julgamento é: ‘Gostaria de comer isso’, ou ‘gostaria de cuspi-lo fora’, ou, colocado de modo mais geral, ‘gostaria de botar isso para dentro de mim e manter aquilo fora.’ Isso equivale a dizer: ‘Estará dentro de mim’ ou ‘estará fora de mim.’*” (1925, Edição Eletrônica)

³ “*A antítese entre subjetivo e objetivo não existe desde o início. Surge apenas do fato de que o pensar tem a capacidade de trazer diante da mente, mais uma vez, algo outrora percebido, reproduzindo-o como representação sem que o objetivo externo ainda tenha de estar lá.*” (Freud, 1925, Edição Eletrônica)

dispõem as fronteiras do eu em relação à realidade exterior, numa comprovação da interação entre o interno e o externo.

Deve-se, neste momento, ressaltar que, para Freud, uma parte do ego é consciente e outra é inconsciente⁴. Para tal afirmativa ser compreendida, há se fazer uma pequena digressão, da mais alta importância. “A divisão do psiquismo em o que é consciente e inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise (...)” (Freud, 1923/1997). A partir de sua experiência clínica, Freud percebeu que nem todos os fenômenos psíquicos estavam organizados de forma consciente.

No psiquismo, há uma parcela de conteúdo inconsciente, não percebido pela consciência, mas capaz de produzir efeitos na vida mental. O inconsciente é composto por material psíquico latente e reprimido. O conteúdo latente é capaz de tornar-se consciente⁵, mas o reprimido não pode emergir a consciência por si só, sendo necessário romper a força da repressão (*idem*). O conteúdo inconsciente é como um ato psíquico que, ao se defrontar com a censura⁶, pode prosseguir por um de dois caminhos: Se passar no teste da censura, o conteúdo psíquico é capaz de tornar-se consciente. Se não, é reprimido e permanece inconsciente (Freud, 1915).

O ego, em sua faceta de controle do id, utiliza-se da censura para filtrar quais pulsões serão encaminhadas ao consciente e quais serão negadas em sua satisfação e serão reprimidas. Esta função seletiva refere-se ao princípio da realidade, anteriormente citado.

Em relação à realidade externa, o ego tem entre suas funções a responsabilidade de oferecer ao indivíduo um *contorno* de si. O sentimento de eu surge em decorrência da delimitação, que o ego traça, entre mundo interno e realidade externa. Esta delimitação mostra-se nítida no psiquismo, desde que o indivíduo não se encontre acometido de alguma patologia que faça com que a fronteira entre o ego e o ambiente externo perca a nitidez ou seja incorretamente definida (Freud, 1930/1997).

A consciência de si e da realidade externa encontra, portanto, sua residência no ego e é ele que coordena “as abordagens à motilidade – isto é, à descarga de excitações para o mundo

⁴ A fluidez da diferenciação entre externo e interno, somada à existência de uma parcela de conteúdo inconsciente do ego deve ser destacada para um posterior resgate.

⁵ O conteúdo latente, como esclarece o autor (1923/1997), é inconsciente apenas no sentido descritivo, pois no sentido dinâmico, é material pré-consciente, pois passível de ser resgatado pelo consciente.

⁶ A censura pode ser compreendida com um teste que decidirá se um material psíquico se tornará consciente ou permanecerá reprimido. A censura encontra-se em posição correlata à repressão e tem por objetivo manter determinado conteúdo pulsional distante da consciência, com funções defensivas para o aparelho psíquico. (Freud, 1915)

externo” (Freud, 1923/1997, p. 15). Enquanto parte do id modificada, cabe ao ego a tarefa de utilizar-se da energia das pulsões para atuar na realidade externa de modo a supervisionar as expressões do indivíduo no mundo. O ego deve perceber e agir.

Em resumo, no desenvolvimento do psiquismo, o ego deve proceder à difícil tarefa de diferenciar, dentre uma massa de sensações de prazer e desprazer, quais delas provém do interior e quais são oriundas do mundo externo. Mediante a experiência e a atividade, o ego formula esta linha divisória substituindo o princípio do prazer (que o orienta a diminuir as tensões pulsionais) pelo princípio da realidade (no qual as necessidades serão satisfeitas de acordo com as possibilidades de interação que o meio oferece). Deste modo, num psiquismo onde tudo era id, especializa-se o ego e, posteriormente, diferencia-se o mundo externo (Freud, 1930/1997). Como demonstrado acima, tal diferenciação pressupõe um contínuo intercâmbio entre o interno e o externo, esta norma diferenciadora abrirá caminho para a absorção das normas sociais.

1.4. Outro aspecto da interface interno/externo no psiquismo: o superego

Na interação com a realidade externa, Freud acrescenta, além do id, o superego como elemento constitutivo do psiquismo. Em decorrência da duração prolongada da infância humana, do desamparo e da dependência infantil dos pais, uma porção do ego torna-se superego. Este representa, ao mesmo tempo, uma “gradação no ego, uma diferenciação dentro dele” (Freud, 1923/1997, p. 29) e “um agente especial no qual se prolonga a influência parental” (Freud, 1940/2001, p. 13) no psiquismo do indivíduo. Em outras palavras, no processo de humanização do indivíduo, em decorrência do contato com os pais, uma parte do ego passa a identificar-se com estes, o que implica numa introjeção⁷ das figuras paterna e materna no psiquismo do indivíduo.

A criança, em decorrência do desamparo de sua situação e de suas necessidades de sobrevivência, desenvolve uma “catexia objetual pela mãe” (Freud, 1923/1997, p. 33). Dito de outro modo, a energia oriunda das necessidades do id se liga ao objeto que poderá satisfazê-las, o seio materno. A ligação da criança com o seio expande-se para a mãe e esta se torna seu primeiro objeto de desejo. Com o prosseguimento do desenvolvimento e a entrada do pai no horizonte perceptivo da criança, esta passa a ter uma de duas posturas possíveis: Se for do sexo masculino,

⁷ Para compreensão da introjeção, deve-se remontar à existência de uma parcela inconsciente do ego e à fluidez da linha divisória traçada por ele entre realidade psíquica e realidade externa.

espera-se que desenvolva, inicialmente uma identificação com o pai e, num segundo momento, sentimentos hostis em relação a ele por desejar tomar seu lugar ao lado da mãe. Se for menina, identifica-se com a mãe e passa a ter o pai como objeto de desejo. De forma simplificada, tem-se configurado o complexo de Édipo (Freud, 1923/1997).

Freud (1923/1997) acrescenta que a criança é originalmente bissexual. Desta forma, ocorre um duplo complexo de Édipo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de sentimentos de amor e ódio por ambos os pais. Com a intenção de resolver seus sentimentos ambivalentes e reprimir seu complexo de Édipo, a criança acaba por identificar-se maciçamente (mas não exclusivamente) com a figura parental que não é seu objeto primordial de desejo. Desta forma, a criança identifica-se com o pai e com a mãe, conjugando as assimilações dentro de si. A parte do ego que acondiciona estas identificações diferencia-se e torna-se o superego, como explica o autor:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (Freud, 1923/1997, p. 36).

A força de confronto do superego com os outros conteúdos egóicos deve-se a sua função de ajudar o Ego a reprimir o complexo de Édipo. Quanto mais forte for o complexo, ou seja, quanto mais cheio de energia originada das escolhas objetais do id, mais energia alimentará as identificações e, por conseqüência, mais forte será o subjugo do ego pelo superego do indivíduo. Ao mesmo tempo, da repressão do complexo de Édipo, tem-se construções do ego enviadas ao id pela repressão, construções estas que possuem seus correlatos reativos no superego.

O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse ideal do ego, o ego dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id. Enquanto o ego é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o superego coloca-se em contraste com ele, como representante do mundo interno, do id. Os conflitos entre o ego e o ideal, como agora estamos preparados para descobrir, em última análise refletirão o contraste entre o que é

real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno. (Freud, 1923/1997, p. 38)

Em decorrência da influência social dos pais no psiquismo (externo), é despertada no id uma certa energia libidinal endereçada aos objetos de desejo (do interno para o externo). Mas o ego, em sua função de conjugar as exigências do id às possibilidades do mundo externo, desenvolve sentimentos ambivalentes em relação aos pais os quais não podem ser expressados no mundo exterior. É necessária a entrada da lei, da norma no psiquismo para o desenlace destes conflitos.

1.5. A castração enquanto condição de moralidade

Há de se acrescentar um importante elemento na resolução do Complexo de Édipo: o temor da castração. À vivência do Complexo de Édipo corresponde, segundo Freud (1924), a uma excitação no órgão genital e um conseqüente manuseio deste pela criança. O menino, ao se tocar, é repreendido e ameaçado por seus educadores da perda do pênis. Além disso, em sua curiosidade pelo órgão genital, o menino acaba por descobrir que as meninas e mulheres não possuem pênis. Neste momento, na fantasia infantil une as advertências à visão da genitália feminina e conclui como verdadeira e iminente a possibilidade de perder o pênis.

Na equação do Complexo de Édipo tem-se, de um lado o desejo de tornar-se objeto primordial de amor dos pais (bissexualidade); do outro, há o temor de perder o amor de seus objetos de desejo, os sentimentos de ambivalência e o medo de perder o pênis, parte de si valorizada pelas recentes experiências masturbatórias. Diante de tamanho conflito, o psiquismo do menino opta por abandonar o complexo.

(...) Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo. (Freud, 1924, Edição Eletrônica)

No caso da menina, o caminho do Complexo de Édipo é um pouco diferente. Segundo Freud (*idem*), ao perceber seu clitóris, a menina o compreende como um pequeno pênis que ainda irá crescer. Com a frustração desta expectativa, há a dedução de que ela possuía um pênis e que este lhe foi retirado (castrado). Como conseqüência, o Complexo de Édipo é direcionado ao pai,

portador de um pênis, e surge uma rivalidade da menina com a mãe e o desejo de substituí-la. Ainda segundo o autor, o desejo por possuir um pênis é substituído pelo de ter um bebê. Sobre a menina, o autor explica que

Ela desliza — ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer — do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente — dar-lhe um filho. (Freud, 1924, Edição Eletrônica).

Esta expectativa é frustrada com o decurso do tempo, o que leva a menina a gradativamente abandonar seu Complexo de Édipo. Freud (*idem*) ressalta, ainda, que o desejo de possuir um pênis e o de ter um bebê migram para o inconsciente da menina, preparando-a para os papéis de mulher e mãe que ela desenvolverá no futuro.

Deve-se esclarecer uma diferença na disposição do Complexo de Édipo para os sexos: “Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (Freud, 1925, Edição Eletrônica). A diferença é percebida e realçada por Freud (*idem*) como a distinção entre a ameaça e a execução. A menina percebe-se como castrada para direcionar o Complexo de Édipo ao pai. Com seu insucesso de obter um bebê, abandona-o gradualmente, o reprime ou leva traços dele para seu psiquismo adulto. O menino, abandona o complexo por receio de perder seu pênis.

De qualquer modo, a castração, enquanto marco do Complexo de Édipo, inaugura a interdição do desejo e a abertura de um espaço de moralidade (que legitima a proibição) no psiquismo. Na menina, do desejo de ter pênis, o qual será deslocado para o de ter um bebê com o pai e que, por sua vez, também será frustrado. No menino, interdição no desejo de possuir a mãe como o pai o faz, sob pena de perder o pênis. Nas palavras de Freud (*ibidem*), “a catástrofe que ocorre no complexo de Édipo (o abandono do incesto e a instituição da consciência e da moralidade) pode ser considerada uma vitória da raça sobre o indivíduo.” É a castração (percebida como temor ou realizada) que abrirá as portas do psiquismo para a dimensão da moralidade⁸ e da vigilância do superego. É ela também, vale ressaltar, mais uma constatação da

⁸ Em *O problema econômico do masoquismo* (1924, Edição Eletrônica), Freud é incisivo em sua afirmação: “O complexo de Édipo mostra assim ser — como já foi conjecturado num sentido histórico — a fonte de nosso senso ético individual, de nossa moralidade”

norma na interação entre mundo interno e externo. Os desejos internos (Complexo de Édipo), frustrados no mundo exterior (castração), instalam no psiquismo a necessidade de submissão à lei.

1.6. A função judiciária do superego no psiquismo

Em resposta à castração, ao temor de perder o amor dos pais e com a finalidade de reprimir o complexo de Édipo, o psiquismo procede ao abandono parcial dos objetos de desejo e a uma conseqüente identificação com os pais. Segue-se a isso a formulação de um ideal de eu (superego) que toma emprestada a energia originária de todo o conflito (catexias objetais do id). No mundo interno do indivíduo, é instituída uma instância que é um simulacro dos pais e a qual será depositária da moralidade, uma reprodução de parte da realidade externa abandonada a qual se torna interna mediante as identificações.

A partir daí, ao perceber e agir na realidade externa, o ego não buscará mais apenas harmonizar as necessidades do id com as possibilidades do ambiente. Ele trará consigo seus conflitos com o superego, antigo representante do externo agora cristalizado dentro de si. E no intuito do ego de atender ao id e ao superego, o psiquismo do indivíduo reflete toda a trama interno/externo, nem sempre óbvia, que o constitui.

(...) as mesmas figuras que continuam a operar no superego como a instância que conhecemos por consciência, após terem deixado de ser objetos dos impulsos libidinais do id — essas mesmas figuras também pertencem ao mundo externo real. É daí que elas foram tiradas; seu poder, por trás do qual jazem escondidas todas as influências do passado e da tradição, foi uma das manifestações de realidade mais intensamente sentidas. Em virtude dessa concorrência, o superego, o substituto do complexo de Édipo, também se torna um representante do mundo externo real e, assim, torna-se igualmente um modelo para os esforços do ego. (Freud, 1924, Edição Eletrônica).

Em outras palavras, a instalação do superego no psiquismo pode ser vista como emblemática da relação interno/externo/norma para Freud. Para constituir-se, o indivíduo precisa integrar dentro de seu psiquismo uma representação da realidade. Esta representação, agora interna, guiará as manifestações de sua individualidade no mundo exterior. Percebe-se, portanto,

que o psiquismo é tecido a partir da mescla do mundo interno com a realidade externa e de uma comunicação constante entre o que está dentro da mente, o que está fora e a lei⁹.

Com o superego, a ação do ego no real passa a ser contrastada a um ideal interno do qual o indivíduo não pode dispor, não pode se desvencilhar e nem sempre pode alcançar, devido ao alto grau de exigência de seu dever-ser e da dificuldade de concretizar sempre suas exigências na realidade.

Esse novo agente psíquico continua a efetuar as funções que até então haviam sido desempenhadas pelas pessoas [os objetos abandonados] do mundo externo: ele observa o ego, dá-lhe ordens, julga-o e ameaça-o com punições, exatamente como os pais cujo lugar ocupou. Chamamos este agente de superego e nos damos conta dele, em suas funções judiciárias, como nossa consciência. (Freud, 1940/2001, p. 88)

Deve-se ressaltar que não somente os pais estabelecem os padrões de conduta preconizados pelo superego. Todo o processo de socialização do indivíduo trabalha de modo a fortalecer o superego: figuras de autoridade (tais como outros entes familiares e professores), preceitos religiosos, ditames de comportamento em sociedade, ideais e proibições sociais em geral fomentam a constituição de um código de conduta para o indivíduo. Este código, reconhecido como consciência, oferecerá os padrões da moralidade, mas não de fora para dentro e sim, de dentro para fora, num auto-julgamento constante do indivíduo (Freud, 1923/1997 e 1940/2001).

Pode-se pensar, desta forma, que o superego realiza uma função judiciária da individualidade, ao realizar uma censura moral do comportamento e dos pensamentos do indivíduo. E, enquanto função judiciária, o superego dispõe de sanções a serem aplicadas caso haja desrespeito às regras morais. Caso haja uma pulsão originária do id que esteja em consonância com o superego, esta poderá ser exercida no mundo exterior pelo ego sem problemas e o indivíduo poderia experimentar o prazer de exterminar a tensão que a pulsão efetuava.

No caso de uma pulsão contrária aos preceitos do superego, entretanto, o indivíduo encontra-se numa encruzilhada: Poderá renunciar à satisfação pulsional e alinhar a atitude do ego às exigências do superego, mas, nesse caso, o desprazer da tensão pulsional permanece. Ou poderá realizar a pulsão na realidade externa e contrariar o ideal de eu.

⁹ “No curso do desenvolvimento de um indivíduo, uma parte das forças inibidoras do mundo externo é internalizada e constrói-se no ego uma instância que confronta o restante do ego num sentido observador, crítico e proibidor” (Freud, 1939, edição eletrônica).

Se o indivíduo burlar as normas, satisfará a pulsão, mas poderá ser acionado todo um mecanismo de punição psíquica que varia desde o sentimento de culpa e menos-valia até comportamentos de auto-punição manifestados nos mais diversos graus de adoecimento psíquico (Freud, 1923/1997)¹⁰.

Se respeitar a proibição do superego, o indivíduo poderá experimentar como suplente da anulação da tensão pulsional, uma “satisfação substituta” (Freud, 1939, edição eletrônica). Neste caso, “o ego se sente elevado; orgulha-se da renúncia instintual, como se ela constituísse uma realização de valor” (*idem*). Este sentimento de aprovação narcísica pode ser explicado como uma reprodução da fase em que a criança abria mão da satisfação pulsional por medo de perder o amor dos pais e, como recompensa, sentia-se mais segura e merecedora de apreço. Do mesmo modo, a satisfação do ego em obedecer ao superego consiste em perceber-se merecedor do amor do superego, o que é sentido pelo indivíduo como orgulho.

Pode-se compreender, portanto, como o superego “mantém o ego num permanente estado de dependência e exerce pressão constante sobre ele” (*ibidem*). Dito de outra forma, culpa e orgulho funcionam como mecanismos de controle judiciário do superego no psiquismo.

1.7. Civilização e superego

Prosseguindo-se no questionamento da interação entre interno, externo e norma, cabe agora uma reflexão sobre o ambiente social. Este enfoque mostra-se como um instrumento privilegiado para percepção da influência da sociedade na constituição da subjetividade, ou dito de outra forma, apresenta-se como um caminho privilegiado para se pensar a interface externo/interno/norma no psiquismo.

Freud define a civilização como o conjunto de avanços e regras que diferenciam a vida humana da dos animais. Para o autor, a civilização possui duas finalidades: “proteger os homens contra a natureza” e “ajustar os seus relacionamentos mútuos” (Freud, 1930/1997, p. 41). Em relação à natureza, a vida em sociedade propiciou o domínio de técnicas de previsão, controle e

¹⁰ Acerca dos sentimentos de culpa e inferioridade, Freud (1923, p. 54) realça que: “*uma interpretação do sentimento de culpa normal, consciente (consciência), não apresenta dificuldades; ele se baseia na tensão existente entre o ego e o ideal do ego, sendo uma condenação do ego pela sua instância crítica. Os sentimentos de inferioridade, tão bem conhecidos nos neuróticos, presumivelmente não se acham muito afastados disso*”. Nas páginas seguintes do referido texto, o autor exemplifica seu argumento com a discussão de patologias (neurose-obsessiva e melancolia) nas quais é possível reconhecer uma punição do ego do indivíduo mediante grande sofrimento psíquico.

utilização da natureza em benefício do homem. Em relação aos relacionamentos mútuos, a civilização tratou de estabelecer padrões de comportamento individual para que a vida em coletividade fosse possível.

Para o autor, dois dos importantes construtos da civilização são as exigências de asseio e ordem. “A sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização”. (*idem*, p. 46). Neste sentido, os incentivos à higiene corporal e limpeza com o ambiente ocorrem desde a mais tenra infância do indivíduo e reforçados socialmente. O cultivo à limpeza ultrapassa a função de utilidade (profilaxia das doenças) para tornar-se um ícone de civilização, uma finalidade em si mesma. Deve-se ressaltar que os parâmetros de higiene são definidos socialmente e variam de acordo com a cultura e a época em que o indivíduo está inserido, cabendo aos pais a iniciação da criança aos hábitos de asseio vigentes (Freud, 1930/1997). Não somente é valorizada a limpeza, como o indivíduo que não atende aos seus preceitos inevitavelmente sofre recriminações e punições sociais, tais como a repulsa e o isolamento.

Em relação à ordem, esta é definida pelo autor como

uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas. Os benefícios da ordem são incontestáveis. Ela capacita os homens a utilizarem o espaço e o tempo para seu melhor proveito, conservando ao mesmo tempo as forças psíquicas deles. (Freud, 1930/1997, p. 46).

A utilidade da ordem (em sentido estrito) é, portanto, óbvia para a sociedade. Mas sua inserção na rotina do indivíduo exige grande treinamento e dedicação. Tanto a ordem como a limpeza não constituem tendências inatas dos seres humanos, sendo necessária a intervenção constante dos pais, professores e demais entes da comunidade para que a criança seja *educada* e *adequada* aos padrões sociais de higiene e organização. Após determinada fase do desenvolvimento, espera-se que o indivíduo tenha introjetado as noções de asseio e ordem e a perpetuem em sua vida diária. Pode-se pensar, portanto, que estes parâmetros, originalmente externos e contrários aos instintos, passam a integrar o superego do indivíduo, compondo seu psiquismo.

Dos valores de ordem e limpeza pode-se perceber um modelo de ligação entre a civilização e o superego. Um ditame é socialmente estabelecido com parâmetros próprios que

nem sempre se restringem à utilidade social. Os pais, como representantes mais próximos da civilização para a criança e responsáveis por sua inserção social, cumprem eles próprios as regras e as ensinam. Estas regras não encontram consonância com os instintos da criança, mas, perante a ameaça de perda do amor dos pais e de castração do eu, elas são aceitas e incorporadas ao superego do indivíduo. Valores sociais (da realidade externa) passam a povoar o mundo interno do indivíduo, o qual constitui sua subjetividade mediante a identificação não somente com os pais, mas também com os valores sociais que estes ensinaram.

Em sua função de regular os relacionamentos, a civilização liberta os indivíduos da lei do mais forte. O poder físico de um indivíduo é submetido ao poder da coletividade. Assim, um grupo de pessoas se afina em seus interesses e faz deles uma regra, uma lei que será seguida por todos. Para que haja o consenso do grupo, entretanto, cada um de seus componentes deve abrir mão da liberdade irrestrita em nome da convivência harmoniosa. A lei deve estar acima dos instintos. É neste sentido que Freud (1930/1997) afirma que, para não ficarem sujeitos à força bruta, os indivíduos se unem em sociedade e se submetem ao sacrifício de uma parcela de sua liberdade, ou seja, ao abandono da satisfação de seus instintos. Em troca da segurança da civilização, cada indivíduo deve *humanizar-se, socializar-se*, submeter seus instintos ao processo civilizatório.

(...) é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa 'frustração cultural' domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. (Freud, 1930/1997, p. 52).

Esta renúncia ao instinto é a condição para existência da civilização e pressupõe um controle das pulsões e, em especial, uma regulação das pulsões sexual e agressiva. Em relação à sexualidade, a sociedade impede sua livre manifestação mediante uma rede de valores morais que impedem a satisfação libidinal plena (a começar pela frustração do Complexo de Édipo). Como consequência, têm-se não somente uma limitação (interdições e leis), mas também uma pulverização (deslocamento) da libido em vinculações entre indivíduos e identificações de grupo que fortalecem os laços sociais. Neste sentido, a civilização “convoca a libido inibida em sua finalidade, de modo a fortalecer o vínculo comunal através das relações de amizade” (Freud, 1930/1997, p. 64).

Quanto à agressividade, o processo é semelhante, com a distinção do destino final dão deslocamento. Frente a interdições e mandamentos morais, a agressividade não pode ser manifestada na realidade externa e, por isso é deslocada. Ao invés de ir para o meio externo, é redirecionada para o interior do indivíduo, assumida pelo superego e transmutada em sentimento de culpa.

A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada (Freud, 1930/1997, p. 84).

Desta forma, desvela-se o paradigma da interface da realidade externa com mundo interno e sua relação com a norma, para Freud. Uma parcela do mundo externo (e dentro dela, a ordem social) é incorporada ao mundo interno na constituição da subjetividade (superego como parte integrante do psiquismo). A partir daí, tanto a percepção quanto a atuação do indivíduo na realidade externa trazem as marcas de uma subjetividade normatizada. O que foi um dia exterior ao sujeito deve tornar-se interior para ser posteriormente devolvido à realidade externa mediante a manifestação da subjetividade... como o cientista que, para entender um fenômeno, deve observá-lo, trazê-lo para dentro de sua mente, construir uma teoria e devolvê-la ao exterior para contrastá-la com a realidade. Assim, a apreensão do externo pelo interno denuncia não somente a interação do que está dentro com o que está fora, mas, também, a indelével marca da norma.

Capítulo 2 - Foucault e a subjetividade normatizada.

2.1. O tabuleiro das subjetividades e a busca de ordem no exterior

O olhar de Michel Foucault acerca da subjetividade traz à tona inquietantes questionamentos que podem ser transpostos à interação entre a realidade externa e o mundo interno do indivíduo e à posição da norma nesta interação. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que o referido autor não elaborou nenhum tipo de tratado acerca da subjetividade, mas pode-se dizer que este foi um tema transversal a toda sua pesquisa. Nesse sentido, serão apresentadas reflexões de algumas de suas obras, no intuito de esboçar uma reflexão de inspiração *foucaultiana* sobre a subjetividade e a relação mundo interno e mundo externo.

Em segundo lugar, deve-se esclarecer que a subjetividade traz, para o autor, a indelével companhia da história. Os modos de ser, de se constituir enquanto indivíduo, trazem para ele um questionamento implícito de quais as condições do surgimento e quais os jogos de poder ocultos nesta subjetividade. Assim, ao ser indagado sobre seus objetos de estudo, o autor esclarece seu intuito:

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica (Foucault, 1977/2001, p. 7).

O autor descarta, portanto, a noção de uma subjetividade estabelecida pelo sujeito, na interação de seu psiquismo com o ambiente externo. Ao contrário, ele propõe uma subversão no pensamento do sujeito: percebê-lo como constituído, e não constituinte. Ao analisar instituições, discursos e, em especial, os saberes sobre o homem, Foucault desvela os parâmetros da constituição da subjetividade, a ordem à qual o sujeito se submete para tornar-se humano. Uma subjetividade disposta no tabuleiro da história, uma reflexão do humano enquanto possibilidade fornecida pelas casas brancas do contexto sócio-cultural.¹¹

Segundo o autor, o pensamento moderno lança ao mundo um olhar classificatório, uma expressão do desejo de compreensão da realidade externa. No intuito de entender, são buscadas

¹¹ A analogia do tabuleiro foi transposta da obra *As palavras e as coisas* (1966/1999) de Foucault.

leis que expliquem o funcionamento das coisas. Mas estas leis são uma projeção do desejo de ordem e as percepções advindas são contaminadas pela intenção de encontrar na natureza uma regularidade. Uma ordem de dentro para fora.

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá que lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão esta ordem é estabelecida e não outra. (...) Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas (Foucault, 1966/1999, p. XVI).

A subjetividade seria, portanto, condicionada a uma ordem que estaria oculta e manifesta na forma de percepção do mundo pelo homem. A partir desta ordem, saberes se estruturam e discursos tomam corpo. Uma ordem oculta, pois camuflada de verdade, espalhada em forma de estrutura e incorporada ao olhar. Manifesta, pois irresistível, constituinte, perceptível em seus efeitos, apoiada em uma rede de significações que atravessa o homem e oferece a ele suas possibilidades de existência.

Por que pensamos deste modo específico? Por que escolhemos determinados critérios de verdade em detrimento de outros? A que propósito serve nosso sistema de organização do pensamento? “Em que ‘tábua’, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas?” (Foucault, 1966/1999, p. XV) A ordem¹² é a resposta dada pelo autor. E sua possibilidade de apreensão reside no espaço entre o olhar e as teorias, atingível pela busca das condições de surgimento dos saberes.

Neste sentido, deslocando as reflexões apresentadas para a questão da apreensão científica do mundo externo pelo indivíduo, pode-se pensar que tanto o olhar quanto o conhecimento dele derivado são viesados pela busca de uma ordem. Neste sentido, vale retomar os idealizadores da ciência. O próprio Bacon destaca a contaminação do olhar:

¹² Ordem seria “uma relação qualquer entre dois ou mais objetos que possa ser expressa por uma regra” (Abbagnano, 2000).

O espírito humano é naturalmente levado a supor que há nas coisas mais ordem e semelhança do que possuem; e, enquanto a natureza é plena de exceções e de diferenças, por toda a parte o espírito vê harmonia, acordo e similitude. (Bacon, citado por Foucault, 1966/1999, p. 71)

A sugestão de antídoto para Bacon é a emissão de um olhar aperfeiçoado na objetividade, depurado pelo raciocínio, capaz de se tornar objetivo a ponto de ser “penetrante” (*idem*) na natureza das coisas.

Descartes, por um caminho diferente, mas na mesma direção, sugere uma sofisticação do pensamento: uma substituição da analogia (comparação de objetos baseada nas semelhanças) pela análise (compreensão dos objetos a partir da apreciação de seus elementos constituintes). A adoção da análise como método do conhecimento abriu espaço para uma comparação de objetos não mais guiada pelas semelhanças, mas aberta a identificar também as diferenças (Foucault, 1966/1999).

Tanto em Descartes quanto em Bacon, a ordem continua como única possibilidade de aproximação da verdade. Bacon preconiza como remédio para a tendência humana a enxergar a ordem na natureza um olhar ainda mais ordenado, pois circunscrito aos ideais da objetividade. Descartes adiciona o discernimento à busca de semelhanças nos objetos, mas dispõe ambos os movimentos sob a égide da ordem (pois diferenciar é também ordenar). Dentro de toda a inovação trazida pela ciência, enquanto proposta de acesso privilegiado à verdade do mundo externo (e, posteriormente, interno), constata-se a ordem como guia do olhar.

2.2. A construção de um saber sobre o homem

Para extrair da obra de Foucault mais reflexões sobre a questão interno/externo/norma, é indispensável pesquisar a posição do autor acerca das ciências humanas. Sim, pois quando se abre na história a possibilidade de construção de um saber sobre o homem, transparece a visão de si e do mundo. Em outras palavras, ao examinar o movimento do homem de debruçar-se sobre si mesmo é potencializada a reflexão sobre a interação do mundo interno com o externo.

O modo de ser do ser humano, tal como se constitui no pensamento moderno, permite-lhe desempenhar dois papéis: está, ao mesmo tempo, no fundamento de todas as positivities, e presente, de uma forma que não se pode dizer sequer privilegiada, no

elemento das coisas empíricas. Esse fato – e não se trata aí da essência em geral do ser humano, mas pura e simplesmente desse a priori histórico que, desde o século XIX, serve de solo quase evidente ao nosso pensamento – esse fato é, sem dúvida, decisivo para o estatuto a ser dado às “ciências humanas”, a esse corpo de conhecimentos (mas mesmo esta palavra é demasiado forte: digamos, para sermos mais neutros ainda, a esse conjunto de discursos) que toma por objeto o ser humano no que ele tem de empírico. (Foucault, 1966/1999, p. 475)

Para o autor, a própria noção de ser humano moderno (o supra-citado *modo de ser do ser humano*) surge com a modernidade e a partir da interseção entre as ciências empíricas (economia, biologia e filologia) e a filosofia transcendental. O *a priori* histórico para o surgimento das ciências humanas se deu devido a um deslocamento da *epistémè*¹³. Com a retirada das representações da filosofia e das ciências empíricas, um espaço de interseção entre elas foi constituído para abrigar a análise das representações e, neste espaço, surgem as ciências sociais. Não se pode, porém, ir tão rápido no raciocínio de Foucault, deve-se refazer o percurso por ele delimitado para compreender o papel do ser humano na *epistémè* moderna.

Foucault (1966/1999) mostra que a filosofia transcendental de Kant inaugura o entendimento do ser humano como ponto de partida para o saber. Como ressalta Machado (1982), a filosofia clássica visava o estudo da representação em geral e as ciências empíricas se dedicavam à análise de um determinado tipo de representação (a história natural, por exemplo, visava analisar os seres vivos a partir da representação que deles era feita). Enquanto Descartes via o conhecimento como um ato de comparação e ordenação das idéias, Kant situa o ser humano como “fundamento de uma síntese possível entre as representações” (Machado, 1982, p. 139). A antropologia filosófica dispõe o saber a partir do questionamento do que o ser humano é, e não mais de como ele pensa; desta forma, a filosofia moderna inaugura o papel do ser humano como alicerce do saber positivo.

Quanto às ciências empíricas, as representações sobre as riquezas, os seres vivos e as palavras dão lugar ao estudo da produção, da vida e da linguagem como objetos empíricos. As

¹³ Como esclarece Machado (1982, p. 148), a noção de *epistémè* remete à existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *epistémè* é a ordem específica do saber; é a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época e que lhe confere uma positividade enquanto saber.

ciências empíricas passam a fundar sua positividade no saber acerca dos objetos em si, numa análise empírica que visa penetrar “verticalmente no domínio das coisas” (Machado, 1982, p. 133), e não mais numa análise que visava ordenar essas coisas a partir das idéias que eram feitas delas. Ocorre que, ao estudar a produção, a vida e a linguagem, as ciências empíricas encontram o ser humano, pois é ele que efetua a produção, que manifesta a vida e que produz a linguagem. O ser humano é, portanto, um fenômeno interior e intrínseco dos objetos das ciências empíricas. Nesse sentido, o ser humano passa a desempenhar a função de “elemento das coisas empíricas” (Foucault, 1966/1999, p. 475).

A disposição do ser humano como cerne dos objetos empíricos e fundamento das positivities representa, para Foucault, o *a priori* histórico para as ciências humanas, ou seja, o espaço intermediário entre a concepção do ser humano como ser empírico e ser transcendental. Neste espaço intermediário, o estudo das representações (que haviam sido retiradas do campo filosofia e das ciências empíricas) será disposto, ou melhor, neste espaço, serão analisadas as representações que o ser humano faz de si mesmo a partir dos objetos empíricos e como origem do saber. As ciências humanas configuram-se como “uma análise que se estende entre o que o ser humano é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo pode falar.” (Foucault, 1966/1999, p. 489)

Tomar o ser humano como objeto empírico significa colocar como centro da reflexão a experiência humana, espaço por excelência de interação do interno com o externo. Dispor o homem como fundamento da positividade significa transformá-lo naquilo “a partir do qual todo o conhecimento podia ser constituído em sua evidência imediata” (Foucault, 1966/1999, p. 477), ou seja, é dispor como referência do conhecimento uma interioridade travestida de fato, transformar o subjetivo em objetivo. As fronteiras externo/interno mostram-se, portanto, mais confusas e fluidas do que nunca. Mas indelével nesta fluidez é a marca ordenadora da dupla posição desempenhada pelo homem. Na questão interno/externo pode-se constatar esta função dupla do ser humano: enquanto sujeito e objeto do conhecimento.

No que tange à *epistémè* (ordem como condição da formulação do saber), pode-se perceber sua influência nas ciências humanas justamente no duplo papel desempenhado pelo homem. A disposição do homem como objeto empírico e fundamento da positividade delimita o campo de investigação das ciências humanas, impõe regras e, deste modo, denuncia a presença da

ordem. Não são todas as facetas do ser humano que serão objeto das ciências, apenas o que for positivo. O surgimento das ciências humanas trouxe consigo a possibilidade de reflexão sobre o ser humano, mas também a constatação de que há limites para essa reflexão.

O conhecimento positivo do ser humano é limitado pela positividade histórica do sujeito que conhece, de sorte que o momento da finitude é dissolvido no jogo de uma relatividade à qual não é possível escapar e que vale, ela mesma, como um absoluto. Ser finito seria, muito simplesmente, ser tomado pelas leis de uma perspectiva que, ao mesmo tempo, permite uma certa apreensão – do tipo da percepção ou da compreensão – e impede que esta jamais seja intelecção universal e definitiva. (Foucault, 1966/1999, p. 516)

A modernidade constata a finitude e, com ela, a submissão do ser humano à sua história. Este é o limite da ciência... e também sua possibilidade. Da historicidade do ser humano advém a noção de que a subjetividade é derivada do ambiente físico e social, pois é na interação do ser humano com o ambiente que a história individual vai sendo escrita. Por esta interação ser relativa a cada indivíduo, não se pode falar em subjetividade universal. Entender o ser humano como ser finito é, portanto, entender as representações sobre o ser humano numa perspectiva relativa de interação com a história individual. Com a regra da positividade, uma nova ordem do saber se faz possível.

Com o advento das ciências humanas, evidencia-se como inegável a interação do mundo externo com o interno. O homem como objeto empírico não pode abstrair a interação com o mundo externo e, enquanto fundamento de positividade, exige a manifestação no meio exterior. Estas inovações são o pressuposto para a emergência de uma noção de subjetividade, pois o caminho que o deslocamento da *epistémè* moderna traçou não existia anteriormente. Neste sentido, “(...) o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma nova forma” (Foucault, 1966/1999, p. XXI).

A partir de todo o exposto, deve-se marcar, mais uma vez, a estreita ligação entre a ordem do saber (um saber normalizado, portanto) e a questão da realidade externa/interna do homem. Não se pode retirar a questão da interação entre o mundo interior e o exterior da *epistémè* moderna, pois ela permeia tanto a concepção de homem quanto a de realidade. A forma de pensar o mundo e a si mesmo está por nela englobada, ou melhor, nela se constitui, nela se torna possível.

2.3. Poder Disciplinar

Retomando a questão da ordem como forma de organização dos saberes, discursos e instituições, Foucault dá um passo além em suas reflexões. À medida que constata um deslocamento da *epistémè* na modernidade, o autor encontra também as diretrizes dessa nova ordem: o poder disciplinar. Através da captura dos mecanismos e efeitos do poder disciplinar, das regras de conduta e de subjetivação, dos instrumentos modeladores da subjetividade, o autor desvela os parâmetros normativos da modernidade e contemporaneidade em seus desdobramentos com a individualidade. A partir do século XVIII,

(...) o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. – mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los (Foucault, 1974/2001, p. 105).

Em poucas palavras, pode-se definir o poder disciplinar como uma tecnologia de domesticação de corpos, gerenciamento de individualidades e constituição de subjetividades passíveis de utilização econômica. Foucault (1975/2000) afirma que a modernidade pretendeu estabelecer procedimentos punitivos que promovessem um ajuste dos indivíduos aos ideais coletivos de ordem civil e moralidade. Para fins de normalização, portanto, as sanções punitivas passaram por uma metamorfose visando a utilização do corpo para desenvolvimento de uma “tecnologia política” (p. 24) de dominação das pessoas.

Ainda para o autor, a subjetividade do indivíduo moderno deve ser compreendida como fenômeno condicionado à utilização dessa tecnologia política, ou seja, a subjetividade passou a ser construída a partir do exercício do poder disciplinar no corpo.

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e

corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. (...) Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc. ... O ser humano de que nos falamos e que nos convidamos a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política: a alma, prisão do corpo. (Foucault, 1975/2000, p. 28)

A modernidade descobre que o controle do corpo é mais eficiente para a submissão do indivíduo do que o aprisionamento físico ou a tortura. O poder disciplinar, portanto, utiliza a modelagem do corpo para adestramento do indivíduo e, nesta estratégia, acaba por modelar seu comportamento, sua forma de vida, sua *alma*, enfim, sua subjetividade.

Para melhor compreender o poder disciplinar, deve-se proceder a alguns esclarecimentos: seu descolamento em relação à noção de estado e sua faceta positiva (e não apenas negativa).

A disciplina não está a serviço do estado e nem coincide com este. Para Foucault, o poder disciplinar se constitui numa trama de táticas e técnicas de poder independentes do Estado. Como esclarece Machado (1979/2001, p. XIV), o poder disciplinar não é localizável num ponto específico da estrutura social, pois este funciona

(...) como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

A noção da disciplina encontra-se, portanto, dissociada do Estado, apesar de sua faceta obviamente política. Sua configuração assemelha-se à da *epistémè* (e representa o cerne do deslocamento moderno a que esta procedeu). Tal como a ordenação específica do saber num determinado momento histórico, o poder disciplinar se infiltra na concepção de mundo, faz parte dela, oferece os parâmetros de manifestação. Em relação ao indivíduo, oferece os quadriculados de constituição, as referências a partir das quais a subjetividade será construída.

(...) o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e

simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (Foucault, 1976/2001, p. 183).

Esta é uma noção central no pensamento de Foucault e dela decorre a característica do poder disciplinar de ser positivo, e não somente negativo em sua manifestação. Segundo Foucault, a trança histórica da sociedade capitalista e do poder disciplinar não conseguiria se manter se fosse baseada apenas na repressão. A subjetividade pode ser compreendida como

(...) uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1975/2000, p. 161).

O poder disciplinar, neste sentido, é especializado não coibir comportamentos indesejados, mas em produzir as individualidades que a ele serão úteis e dóceis. Da variabilidade potencial de subjetividades, a disciplina traça um mapa de individualidades possíveis. Age positivamente, pois oferece as diretrizes de subjetivação e acompanha sua constituição ao longo de toda a vida do indivíduo, através dos seus infindáveis mecanismos de vigilância e normalização. Nas palavras de Machado (1979/2001, p. XIX), “atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo do poder.”

Justamente por ter se constituído a partir da disciplina, o indivíduo submete-se a ela como se estivesse exercendo características de uma natureza que fosse própria. As noções de prazer, de verdade, de identidade e, até mesmo de resistência, são quadradros previamente desenhados pelo poder disciplinar no tabuleiro de expressão da subjetividade. E, por serem sujeitos constituídos pelo poder disciplinar, os indivíduos são não somente *alvos*, mas também as flechas da disciplina. Suas condutas perpetuam a norma, seus olhos vigiam a manifestação de outras subjetividades, seus discursos produzem e reforçam a domesticação.

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (Foucault, 1976/2001, p. 183).

Fica clara, portanto, a influência do poder disciplinar tanto na constituição da subjetividade quanto da realidade material. Ele atua no indivíduo e no corpo social, oferecendo as possibilidades de individualidade.. Mas, como demonstrado ao longo de todo este capítulo, a disciplina faz mais que isso, ela organiza-se em saberes, discursos, instituições, enfim, na noção de verdade. Inegável é, portanto, sua influência também na interação do indivíduo na realidade externa. Neste ponto, o poder disciplinar atua numa dupla função: fábrica de subjetividades e guia de atuação do indivíduo no ambiente externo.

2.4. Disciplina e moralidade

Foucault busca demonstrar em seus estudos¹⁴ a utilização que o poder disciplinar faz da moralidade, enquanto instrumento de normatização. Para o autor, as normas morais assumem, a partir da moralidade, um papel fundamental. A moralidade passa a oferecer critérios para a constituição de saberes médicos e criminais, por exemplo. Foucault mostra como, ao longo da modernidade, condutas tidas como imorais vão sendo travestidas de insanas e criminosas.

Em relação à loucura, Foucault procura evidenciar as bases morais nos discursos de Pinel e Tuke, idealizadores do tratamento psiquiátrico dos insanos. Tuke, ao invés de utilizar a expressão inglesa *insane*, preferia a expressão francesa “*aliené*, por entender que esta comportava uma idéia mais justa desse gênero de desordem do que os termos que implicam, num grau qualquer, a abolição da faculdade de pensar” (Tuke, citado em Foucault 1972/2000, p. 469) É possível entender que essa escolha deixa transparecer todo o foco disciplinar do tratamento no Retiro de Tuke. Para ele, é mais importante associar a loucura à falta de ordem do que ao comprometimento do pensamento. Isto porque o caminho de volta para a sanidade se faz possível justamente pela ordenação da mente, pela disciplina aplicada ao pensamento.

A ordem asilar do Retiro de Tuke oferece ao louco a natureza e a religião como parâmetros de conduta. O interno possui uma função ativa em seu tratamento, cabe a ele observar e assimilar a ordem que reina no ambiente físico e social circundante. A religião assume uma importância acentuada, pois é através dela que o comportamento ordenado se solidifica. É a religião que transforma os hábitos impostos pelo ambiente em valores morais arraigados no

¹⁴ Em especial em História da Loucura (1972/2000), Vigiar e Punir (1975/2000) e O Nascimento da Clínica (1980/1998).

indivíduo. Ao aceitar as premissas religiosas, o louco passa a ter dentro de sua própria consciência os critérios para julgar o que é certo e errado. Nesse sentido, Foucault (1972/2000, p. 477) afirma que a religião possui o “duplo papel de natureza e de regra, uma vez que ela assumiu, no hábito ancestral, na educação, no exercício cotidiano, a profundidade da natureza, e uma vez que ela é ao mesmo tempo princípio constante de coerção.”

A religião surge como elemento que atribui coerência e poder coercitivo ao asilo de Tuke. Coerência em dois planos, ambos apoiados nas normas morais: no das idéias, porque articula explicações acerca da Natureza e da condição humana, oferecendo à desordem da alienação um código de conduta baseado em preceitos morais; e no da prática, pois a observância das normas religiosas une vigias e internos, fazendo-os semelhantes a integrantes de uma família.

Quanto ao poder coercitivo, a religião serve de instrumento para impregnar os insensatos com as regras morais de tal forma que eles procedam a uma auto-vigilância sem tréguas. Dentro da noção de alienação, a faculdade de pensar está intacta, capacitando aos loucos o entendimento das normas religiosas e dotando-os de responsabilidade no caso de descumprimento das mesmas. Responsabilidade esta que lhes será atribuída não somente pelos guardas, mas pelo julgamento de suas próprias mentes. É justamente no momento em que o interno percebe que errou e assume sua culpa que a cura se processa, pois as regras interiorizadas desfazem a desordem constituinte da loucura.

O enfoque do asilo de Pinel, por sua vez, é na capacidade terapêutica da moralidade, a intenção do médico é a de ajuste ético. É nesse sentido que Foucault (1972/2000) diferencia o retiro de Tuke do asilo de Pinel, ao afirmar que o primeiro utiliza a “segregação religiosa para fins de purificação moral”, enquanto o segundo pratica “uma segregação social que garanta à moral burguesa uma universalidade de fato”(p. 489). Pinel busca expandir o domínio dos valores sociais para dentro do internamento, acreditando que a aceitação da moralidade por parte do louco, a adequação de sua conduta ao modelo burguês, implicará em sua cura. Em suas análises dos casos de loucura, Pinel encontrará o desajuste aos valores sociais como origem da insanidade.

Se de um lado se vêem famílias prosperar durante longos anos no seio da ordem e da concórdia, quantas outras, sobretudo nas classes inferiores da sociedade, constroem como o quadro revoltante da devassidão, das dissensões e de uma miséria vergonhosa! Aí reside, segundo minhas observações cotidianas, a fonte mais fecunda da alienação que se tem de tratar nos hospícios. (Pinel, citado em Foucault, 1972/2000, p. 488).

Fica patente na fala do médico o entendimento de que a insanidade decorre, não de uma desordem física ou mental, mas de uma desordem moral. Pinel contrasta a prosperidade da família burguesa (na qual seus integrantes se encontram em conformidade com a ordem moral) à família divergente dos valores da sociedade (a qual acaba por oferecer aos indivíduos o caminho para a loucura). É baseado nesta percepção que Pinel monta um asilo estruturado para ajustar moralmente seus internos, fazendo uso de estratégias terapêuticas que fizessem com que eles se sentissem arrependidos.

Tanto o asilo de Tuke quanto o de Pinel utilizam como instrumento primordial do tratamento da insanidade o arrependimento moral. Foucault (1975/2000) ressalta que este é um artifício presente também nas instituições carcerárias no início do século XIX. O arrependimento é um instrumento do poder disciplinar tido como de grande eficiência, por suscitar o sentimento de culpa do criminoso. Com a moralidade no cerne do cárcere, não é

(...) um respeito exterior pela lei ou apenas o receio da punição que vai agir sobre o detento, mas o próprio trabalho de sua consciência. Antes uma submissão profunda que um treinamento superficial; uma mudança de “moralidade” e não de atitude (Foucault, 1975/2000, p. 201).

A moralidade assume, neste sentido, uma função de instrumento de dominação dos indivíduos e normatização da subjetividade. A moralidade, bem como o poder disciplinar, acompanha a subjetividade desde sua gênese (pois delinea os espaços possíveis da individualidade) e em todo o seu percurso (pois assombra a consciência do indivíduo ao longo de sua existência).

Pode-se dispor a moralidade como peça fundamental do ritual de verdade do poder disciplinar. Neste sentido, Foucault (1971/2001) recorre a Nietzsche e sua *Genealogia da Moral*, para denunciar a violência da domesticação moral que o poder disciplinar efetua sobre os indivíduos:

Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – é o nascimento da lógica. Nem a relação de dominação é mais uma “relação”, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isso precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual;

ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência (Foucault, 1971/2001, p. 24).

Enquanto instrumento de normalização, a moralidade reafirma a posição do poder disciplinar de fabricar a subjetividade e de guiar a atuação dos indivíduos na realidade externa. Enquanto poder constituinte do sujeito, a disciplina fornece as regras tanto do mundo interior quanto do exterior. Patente está, portanto, a violência com a qual o poder disciplinar modela a relação do indivíduo consigo e com o mundo. Na interação do mundo interno do indivíduo com o externo, na possibilidade histórica da subjetividade, no olhar moderno e contemporâneo sobre a realidade, no cerne das ciências humanas, no mundo interno do indivíduo, no externo, dentro e fora, encontra-se a indelével presença da ordem disciplinar.

Conclusão

O primeiro ponto em comum entre os recortes apresentados do pensamento de Freud e Foucault é que os dois autores afirmam que a subjetividade é constituída sob a égide da ordem. Freud deixa clara a submissão do psiquismo ao Princípio do Prazer e, posteriormente, ao Princípio da Realidade. Enquanto guias do funcionamento psíquico, estas são as duas regras fundamentais no que diz respeito à interação do indivíduo com o ambiente externo. Segundo o autor, em prol da eficiência na interação interno/externo, o aparelho psíquico especializa-se em Id, Ego e Superego. Deve-se ressaltar que estas três instâncias encontram-se, para Freud, submetidas a leis e princípios de funcionamento, o que denota, mais uma vez, o paradigma da ordem.

Foucault aponta o poder disciplinar como uma tecnologia de transformar as múltiplas possibilidades de ser em concretas alternativas de individualidades dóceis e úteis. O autor deixa claro, portanto, a função constituinte da norma em relação à subjetividade.

Outro elemento de contato entre Freud e Foucault é a diferenciação do que é interno e externo ao indivíduo. Para Freud, a difícil tarefa do ego em diferenciar a origem dos estímulos como interna ou externa (detalhada no primeiro capítulo) pode ser compreendida como demonstração de que a subjetividade só pode constituir-se a partir de uma norma diferenciadora. Assim, a relação do indivíduo consigo e com o mundo tem como condição a posse de parâmetros distintivos do que é interno e externo.

Quanto à questão interior/exterior, Foucault afirma que os próprios parâmetros diferenciadores da realidade estão embasados na *epistémè* de uma época. Isto, por si só, já denota a vinculação dos conceitos de interior e exterior com as normas. No caso da *epistémè* moderna, esta vinculação é potencializada pela influência do poder disciplinar. Neste sentido, vale retomar que verdade, história e poder são noções interconectadas para o autor. Foucault, em sua associação da subjetividade à história, demonstra que a constituição do sujeito, a explicação da realidade e o saber sobre si se dão a partir das normas do contexto sócio-cultural. Ou seja, a percepção, pelo indivíduo, tanto de seu mundo interno quanto da realidade externa estão englobados pelo poder disciplinar.

O seguinte paralelo a ser estabelecido é a interiorização da norma como condição de humanidade. Para Freud, a castração, enquanto submissão à interdição, aponta para necessidade

do psiquismo em introjetar a lei como método de resolução de conflitos. Como demonstrado, a proibição do desejo (propiciada pela não realização do Complexo de Édipo) é pré-requisito para a instalação da dimensão da moralidade no indivíduo. Sem a dimensão da lei não é possível a renúncia aos instintos sobre a qual a civilização repousa.

Para Foucault, é característica do poder disciplinar sua positividade. A eficiência da disciplina em constituir a subjetividade não provém somente de sua força repressiva. A produção da individualidade é o grande trunfo normatizador do poder disciplinar. A humanidade é plantada em terreno disciplinar para poder desabrochar como subjetividade.

A norma como contínua gestora da subjetividade é outra associação que pode ser feita entre os autores. A influência perene do superego pode ser vista como prova da necessidade do psiquismo de estar em duradouro contato com a lei, o que denota a importância da norma não apenas para a constituição, mas também para o exercício da subjetividade.

Para Freud, a censura moral realizada por esta instância do psiquismo perpetua uma constante influência das normas sociais dentro da consciência do indivíduo. Como visto, o superego do indivíduo é formado inicialmente por identificações com os pais e, posteriormente, incrementado por identificações com dogmas religiosos e figuras de autoridade. Constantemente, portanto, parcelas da realidade são absorvidas no psiquismo do indivíduo. Pode-se dizer que a norma usurpa a permeabilidade do psiquismo, passando de realidade externa para interna ao longo de toda a vida do indivíduo. E a norma o faz utilizando-se da moralidade.

O poder disciplinar (como demonstrado no final do segundo capítulo) tem a moralidade como um instrumento privilegiado de fabricação da subjetividade a partir da construção de saberes normatizadores.

O superego representa um disciplinador interno com poderes ilimitados de vigilância, julgamento e punição. Ele é um instrumento excepcional de controle ao qual a civilização se alia incessantemente para a promoção de seus valores. Pode-se perceber uma similitude entre superego e poder disciplinar na gerência da subjetividade, tendo em vista que ambos se apresentam como relações normatizadoras que o indivíduo estabelece consigo e com o mundo.

Cabe, também, neste ponto, realçar uma característica de retro-alimentação que superego e poder disciplinar possuem. Para Freud, o auto-conceito (em sua conexão com culpa e orgulho) varia ao longo da vida do indivíduo de acordo com o ajuste ou desajuste da conduta deste com seus preceitos do superego. Para Foucault, uma das características do poder disciplinar é que este

é exercido em rede, sendo que os indivíduos sofrem seus efeitos (subjetividade normatizada) ao mesmo tempo em que exigem a prática disciplinada de outros indivíduos. O poder disciplinar, neste sentido, é uma máquina de reforço contínuo do controle dos indivíduos uns sobre os outros e sobre si mesmos.

Após toda esta tentativa de construir uma simetria entre os autores, deve ser feita uma ressalva. Uma proposta de diálogo entre Freud e Foucault representa, por si mesma, um reflexo da submissão do pensamento à ordem. Como visto no capítulo sobre Foucault, a ordem apresenta-se como uma premissa do saber. Ela marca, no conhecimento moderno e contemporâneo, o desejo normativo refletido num olhar classificatório. Bem, não há como fugir à constatação o presente trabalho encaixa-se neste paradigma, pois a busca de paralelos entre os autores deixa transparecer uma intenção organizadora.

Mas, não poderia ser diferente. Afinal, como demonstrado, todo o acesso que as ciências humanas oferecem à *verdade* do homem traz consigo a marca da normatização do saber. O olhar diferencial oferecido por Foucault não propõe a formulação de proposições alheias à ordem ou ao poder disciplinar. Para o autor, esta não é uma possibilidade, a norma é o fundamento e a limitação do conhecimento. O legado de Foucault consiste na explicitação da submissão do indivíduo à norma. Esta foi a inspiração deste trabalho.

Por fim, após tantas reflexões efetuadas e muitas outras possíveis de serem traçadas, um paralelo final: De certa forma, a intenção de Foucault mostra-se muito afinada à de Freud, ambos pretendem trazer à consciência conflitos ocultos com o intuito de iluminar o conhecimento do homem sobre si e sobre a realidade que o atravessa.

Referências Bibliográficas

Abbagnano, N. (2000). Ordem. In Dicionário de Filosofia. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Figueiredo, L. C. M. & Santo, L. R. (2002). Psicologia, uma (nova) introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência. São Paulo, SP: EDUC. (trabalho original publicado em 1991).

Freud, S. (1911). Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Freud, S. (1915). O Instinto e suas Vicissitudes [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Freud, S. (1915). Repressão [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Freud, S. (1924). A Dissolução do Complexo de Édipo [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Freud, S. (1924). O Problema Econômico do Masoquismo. [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Freud, S. (1925). Algumas Conseqüências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos. [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Freud, S. (1925). A Negativa [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

- Freud, S. (1939). Moisés e o Monoteísmo, Três Ensaios [Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.] Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.
- Freud, S. (1997). O Ego e o Id. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. (trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1997). O Mal-Estar na Civilização. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. (trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2001). Esboço de Psicanálise. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. (trabalho original publicado em 1940).
- Freud, S. (2003). Além do Princípio do Prazer. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. (trabalho original publicado em 1920).
- Foucault, M. (1998). O nascimento da clínica. (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (trabalho original publicado em 1980).
- Foucault, M. (1999). As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. (8ª ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (trabalho original publicado em 1966).
- Foucault, M. (2000). História da loucura (6ª ed.). São Paulo, SP: Editora Perspectiva. (trabalho original publicado em 1972).
- Foucault, M. (2000). Vigiar e punir (23ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (trabalho original publicado em 1975).
- Foucault, M. (2001). O nascimento do hospital. In Microfísica do poder (16ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal. (trabalho original publicado em 1974).
- Foucault, M. (2001). Nietzsche, a genealogia e a história. In Microfísica do poder (16ª ed.). (pp. 15-38). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal. (trabalho original publicado em 1971).
- Foucault, M. (2001). Soberania e Disciplina. In Microfísica do poder (16ª ed.). (pp. 179-191). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal. (trabalho original publicado em 1976).

Foucault, M. (2001). Verdade e Poder. In Microfísica do poder (16ª ed.). (pp. 1 - 14) . Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal. (trabalho original publicado em 1977).

Machado, R. (1982) . Uma arqueologia do saber. In Ciência e saber, a trajetória da arqueologia de Foucault. (2ª ed.) . (pp. 123-158) . Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.

Machado, R. (2001) . Por uma genealogia do poder. In Microfísica do poder (16ª ed.) . (pp. VII-XXIII) . Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.(trabalho original publicado em 1979).